

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação das Propostas de Acta de 24.11.2005 e de 15.12.2005

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. LIGAÇÃO À INTERNET - 1.º CEB – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

. Adjudicação

Ponto 5. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO** – CASAS MORTUÁRIAS

. DAS FREGUESIAS

. Casa Mortuária do Casal do Redinho

. Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 6. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO** – CASAS MORTUÁRIAS

. DAS FREGUESIAS

. Casa Mortuária do Casal do Redinho

- Arranjos Exteriores - Muro de Suporte

. Homologação do Auto de Recepção Provisória

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

Ponto 7. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS
- . Arruamentos na Freguesia de Pombalinho - Vale Centeio
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 8. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTRAS RECARGAS
- . Arruamentos na Freguesia de Pombalinho - Ramalheira
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE FERROVIÁRIA

- . Linha do Oeste
- . Passagem de Nível ao Km 204 + 381
- . Supressão

Ponto 10. RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIOS

- 10.1. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL - NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO-
 - . Protocolo
- 10.2. INSTITUTO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DA FIGUEIRA DA FOZ - SOURE

Ponto 11. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente prestou um conjunto de informações:

No período que decorreu entre a última reunião e a de hoje, estivémos presentes em várias iniciativas:

* CULTURA

- No dia 14 de Janeiro, na Gesteira, no habitual encerramento de época cultural, promovido pelo Grupo Musical Gesteirense;
- No dia 15 de Janeiro, Domingo, recebemos na Câmara Municipal o Rancho Folclórico do Cercal no âmbito da acção Cultural - “Cantar as Janeiras” -;
- No dia 21 de Janeiro, numa iniciativa de encerramento de época cultural do Rancho Folclórico da Associação do Casal do Cimeiro, Freguesia de Figueiró do Campo.

* NOVA SUBESTAÇÃO DE SOURE

- Na próxima semana estarão em Soure o Senhor Director da Área de Rede e um membro do Conselho de Administração da E.D.P., dado que irá ter início um significativo investimento na construção de uma nova subestação de energia eléctrica e linhas de acesso, com um valor estimado em \approx quatro milhões e trezentos mil euros. A sua conclusão e entrada em funcionamento deverá ocorrer até final deste ano, início do próximo. Este é um investimento pelo qual nós nos temos vindo a “bater” nos últimos quatro anos.

* URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- O investimento em curso, em Figueiró do Campo, na remodelação da cobertura do edifício onde funcionam, quer a Junta de Freguesia, quer a Extensão de Saúde, está praticamente concluído, estando já na fase inicial os arranjos exteriores do espaço adjacente.
- Em termos de segurança pedonal, está concluída a construção de passeios de ligação da Zona Industrial de Soure à área residencial das Matas, faltando apenas pequenos remates e as rampas que facilitarão o acesso a deficientes.

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

* SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- Na Etar de Figueiró do Campo, feitos os ajustes, limpezas, correcções de pequenas anomalias, está agora a começar a “fase experimental” e, feitos os ensaios, caminharemos para as ligações definitivas.

Observe-se que as Águas de Portugal solicitaram uma reunião para nos darem nota que gostariam que nós reequacionássemos, primeiro, a questão da Adesão ao Sistema Multimunicipal, depois a possibilidade desta ETAR poder vir a ser utilizada, como está previsto e dada a sua capacidade por parte do Concelho de Soure, mas também em condições a contratualizar pelo próprio Sistema de Águas de Portugal, mesmo que não venhamos a aderir, para servir uma parte de Condeixa. Convirá recordar que foi suposto que esta Etar tivesse sido co-financiada pelo Fundo de Coesão no âmbito de uma Candidatura apresentada pela Associação do Baixo Mondego e Gândaras, o que não se veio a verificar; como sabem este investimento foi objecto de uma Candidatura apresentada pela Câmara Municipal ao III QCA, concretamente à medida 1.1 do Eixo 1, que foi aprovada e propiciou um co-financiamento de 65%. Na questão da Adesão ao Sistema Multimunicipal, só se alterarem significativamente aquelas que eram as condições que, há uns anos, nos foram apresentadas e que, em termos concretos, traíam completamente a ideia que se tem de que a prestação de um serviço em escala deve provocar economias que nos levem a pensar que é melhor ter esse serviço em escala do que individualmente.

- Quanto à ETAR de Paleão está concluída... já foi feita a primeira recolha de esgoto tratado e aguardam-se os resultados dessas análises.

- Relativamente ao Alargamento da Rede de Saneamento Básico na Pouca Pena e Casal dos Ferreiros, estão construídas, quer a ETAR, quer as três Estações Elevatórias; a instalação de colectores também já foi feita... procedeu-se à primeira recolha de esgoto tratado e aguardam-se os resultados das análises. Está ainda a decorrer a contratualização - existem 211 contratos de consumo de água e, neste momento, apenas 127 já contratualizaram as ligações -.

- Na Freguesia de Vila Nova de Anços, junto à estação, do lado do Cruzeiro, os trabalhos de colocação de tubagens estão concluídos e estamos a fazer a pequena “casota”, por administração directa, para instalar a bomba e o quadro eléctrico tendo em vista que toda essa zona residencial deixe de ter ligação à fossa e passe a estar ligada à ETAR de Vila Nova de Anços, que foi recentemente requalificada.

- Estão a decorrer as ampliações de cemitérios, em Queitide e Granja do Ulmeiro.

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

* COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- Ponte à entrada de Alfarelos..., na última reunião mantida com responsáveis do Instituto de Estradas, foi-nos dito que a ponte deverá ficar concluída em final de Março. Evidentemente que “eles” têm justificado sempre a derrapagem no prazo previsto com as dificuldades de colaboração da REFER..., derrapagem contra a qual me tenho “batido” todas as semanas.

- Questão da A17..., dizer-vos que, quer o Dr. Luís Leal, quer o Eng.º Duarte Silva - Presidentes das Câmaras de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz -, concordaram e subscrevem o nosso entendimento/parecer.

* A propósito de uma conferência realizada no Centro de Estudos e Formação Autárquica sobre a formação profissional nas Autarquias, entre outras coisas, deu para perceber que, nos últimos anos e apesar da Região Centro ter aproveitado bem, esta questão da Medida 1.6 e do Programa Foral é daquelas situações em que *“há dinheiro a mais e às vezes utilização deficiente ou de menor qualidade desses meios”*. Isto vem a propósito de que numa das próximas reuniões de Câmara, nos iremos pronunciar sobre a apresentação de uma Candidatura ao Programa Foral.

Observe-se ainda que este tipo de Candidaturas não envolvem quaisquer encargos para a Câmara Municipal. Neste Programa, a margem de execução financeira irá até 2008.

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “queria, em primeiro lugar, manifestar a minha satisfação e simultaneamente a minha preocupação por duas notícias que vieram a lume na última semana. Duas notícias sobre a instalação, em dois Concelhos limítrofes ao nosso, de duas empresas de tecnologia de ponta; a primeira, em Condeixa-a-Nova, que foi bastante badalada não só pelo facto de ser uma empresa que recorre à tecnologia de ponta mas também porque vai produzir uma vacina para uma hipotética pandemia de Gripe das Aves e com a sequente criação de postos de trabalho, de afirmação do Concelho de Condeixa-a-Nova como um centro de alta tecnologia na área dos produtos farmacêuticos. Também em Montemor-o-Velho, uma área que todos nós devemos olhar com bastante atenção porque há quem diga que daqui a quinze anos a era do petróleo acabou e temos que nos virar para novas tecnologias, para novas fontes energéticas, que é uma fábrica onde irá ser produzida, para além do bio-gás, pilhas de hidrogénio, que, segundo os mais entendidos, serão o combustível do futuro dos nossos automóveis e, curiosamente, fiquei preocupado.

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

O meu lado da satisfação foi pelo facto destas notícias terem acontecido mas fiquei preocupado porque nós ficamos aqui “entalados” sem uma notícia que nos pudesse também motivar para um desenvolvimento que queremos ao nível de todos os outros concelhos. Acho que é uma situação que a Câmara Municipal tem que ponderar no sentido de sensibilizar e motivar o aparecimento de indústrias e empresas com este nível tecnológico porque são essas que vão perdurar no futuro e que possam dar ao nosso Concelho mais postos de trabalho, mais trabalho qualificado...

Estamos numa fase crucial do desenvolvimento, não só do Concelho mas do País, em que a utilização destes recursos tem que ser vista não só no imediato mas também a médio/longo prazo; estamos a falar no reordenamento do Parque Escolar, na construção de equipamentos desportivos, num futuro aparecimento de uma Piscina Municipal aquecida na vila de Soure e quero acreditar que neste momento crucial vão ser equacionados o aparecimento de aquecimentos alternativos para estes equipamentos sob pena de estarmos a perder tempo e de não prevermos o futuro e vou dar um exemplo muito concreto: a Biblioteca Municipal de Soure. Trata-se de um equipamento que todos nós acompanhámos o seu processo de aparecimento, sei que estão a ser feitas alterações no sentido de pôr o aquecimento a funcionar, todavia é um equipamento que tem alguns erros de base que podem sempre pôr em questão esse aquecimento: as janelas não são de vidro duplo e, portanto, tudo o que se possa fazer é também desperdiçar energia. Quero com isto dizer que também nestes equipamentos temos que começar a prever a utilização de energias renováveis.

O nosso Concelho é um Concelho com bastante coberto florestal, a Câmara Municipal possui técnicos qualificados na área da Protecção Civil e da gestão das Florestas que poderão dar apoio neste sentido e a utilização da biomassa tem que ser uma coisa que possamos equacionar no futuro, não só no aquecimento de equipamentos públicos mas também ao serviço da população.

Por falar em Biblioteca Municipal, queria também trazer à coação uma questão que nos tem preocupado e que nos preocupa já há algum tempo, que é a desertificação da zona baixa da vila de Soure. Nos últimos tempos estão a acontecer uma série de situações que nos preocupam: a saída da GNR que, evidentemente, foi para melhores instalações; o encerramento de uma fábrica de tendas; o previsível encerramento de um estabelecimento hoteleiro; o abandono, naquela zona, de alguns casais jovens por razões, obviamente, legítimas, estão a fazer com que aquela zona da baixa da vila de Soure comece a ter alguns problemas de envelhecimento, de alguma desertificação. Acho que é importante que tomemos algumas medidas

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

no sentido de revitalizar aquela zona, sei que no Plano estava atribuída uma verba, temos que ser mais incisivos, não só dar sinais mas também ser mais incisivos nessa área porque, de facto, isso preocupa-nos. O parque de estacionamento, como o Senhor Presidente há pouco referiu, vai estar operacional dentro em breve mas, de toda a forma, acho que temos que “puxar” alguns equipamentos que possam revitalizar aquela zona sob pena de, daqui alguns dias, aquela zona, que faz parte da nossa infância, os nossos filhos já não a conhecerem como tal.

Como sabe, fazemos atendimento aos munícipes, e numa das vezes que cá estive, vieram ter comigo dois munícipes de Alfarelos e colocaram-me uma questão concreta. Bem sei que a questão não é directa com a actividade municipal, nem da Câmara Municipal, de toda a forma, tem muita pertinência e quer-me parecer que pode, no futuro, vir também a chegar a outros munícipes. Falo concretamente de uma situação, a Munícipe veio-me dizer que tinha quatro lotes de terreno que queria vender, a sua área variava entre os 800 m² e os 1000 m², e que foram avaliados pelas Finanças, cada um deles, entre 60.000,00 a 69.000,00 euros, tendo que pagar o IMI correspondente a esse valor. O que o Munícipe me dizia é que a oferta mais valiosa que lhe foi feita foi de 30.000,00 euros, o que quer dizer que há uma sobreavaliação dos lotes de terreno. Com todas as consequências que daí advém, sei que não é aqui, não temos uma acção muito directa, mas temos que sensibilizar as Finanças para que situações destas não possam ser possíveis porque ninguém vai dar 60.000,00 euros (12.000 contos) por um lote de terreno de 800 m² naquela zona, que é uma zona sombria e, por conseguinte, penso que é uma situação que temos que fazer força para que não volte a acontecer para que isso não seja um entrave ao desenvolvimento do Concelho.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente às instalações previstas, uma para 2007, outra para 2008, em Condeixa e Montemor, duas unidades de tecnologia de ponta, que estava simultaneamente satisfeito e apreensivo..., eu estou satisfeito, fico sempre satisfeito com aquilo que também corre bem aos outros, porque entendo que é na saudável afirmação positiva que nos devemos satisfazer e nunca porque um consegue e o outro deixa de conseguir.

Julgo que estamos perante estratégias de divulgação de investimentos... por exemplo, se nós pensarmos naquilo que são as bases do que foi divulgado para Condeixa e para Montemor nos últimos dias, - em Condeixa há um laboratório que está pré-instalado e que vai aproveitar para se virar para outro tipo de produção, em Montemor, tratar-se-ão de capitais asiáticos, em termos de pilhas de hidrogénio -... agora, a questão que se coloca é esta: até final deste ano, numa

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

unidade intensiva em trabalho, com capitais próprios de um grupo familiar forte, serão criados 100 postos de trabalho, não à custa de incentivos de índole vária que, normalmente, são a antecâmara da deslocalização mas, de facto, assentes numa empresa marcadamente consistente. Há dois anos e meio, quando foi atribuído um lote e quando essa empresa começou a comprar outras parcelas na zona de ampliação da Zona Industrial, ou quando deram entrada projectos na Câmara, poderíamos ter convidado um Membro do Governo... “são cem postos de trabalho”... e teria sido feito aquilo que, vulgarmente, se denomina de um “número” político. Não tenho rigorosamente nada contra a estratégia que os outros seguiram, mas quero-lhe dizer que nós estamos a trilhar o nosso caminho e nestas coisas não há muito que inventar, há que trabalharmos de forma profícua, conhecedora, sustentada para captarmos aquilo que for possível. Eles tiveram êxito nesses, nós tivemos na que lá está e teremos certamente noutros e, portanto, penso que só temos boas razões para, numa escala regional, estarmos satisfeitos com o que os outros conseguem e também com aquilo que, do meu ponto de vista, estamos a conseguir. Nós não estamos a perder tempo, estamos a antecipar o futuro, poderemos é ter modelos estratégicos de o antecipar que não têm necessariamente que ser coincidentes. Essa também é a essência e a razão de ser da Democracia, é a eventual convergência de fins com estratégias não coincidentes.

Na questão da Biblioteca Municipal e da parte baixa da vila..., deixe que lhe diga o seguinte: a preocupação de revitalizar a parte baixa da vila e de atenuar a assimetria entre a alta e a baixa, o Senhor Vereador sabe que é uma preocupação que há muito tem sido, não apenas ventilada, mas assumida e “combatida”. Os exemplos que deu, evidentemente, são exemplos e se eu quisesse ir por aí... O que está em causa é criar uma dinâmica própria, regular e sistemática da parte baixa da vila e isso consegue-se criando condições objectivas que levem a que as pessoas por lá tenham que estar.

Falou na Biblioteca, é evidente que a Biblioteca tem as características que tem mas concordará comigo que, quando há 12 anos peguei nesse projecto de investimento que tinha tudo aprovado, comprado, mas não havia dinheiros para o fazer, aquilo que nos coube a nós conseguir foi apresentar candidaturas e disponibilizar recursos financeiros. Não é muito justo ir buscar, num investimento cujo projecto tem mais de 12 anos, questões como não ter vidro duplo ou aquecimento porque isso, nos investimentos mais recentes não se verifica. De qualquer maneira, o que lhe estava a dizer é que na parte baixa da vila é evidente que questões como o alargamento da Biblioteca, em termos de acessos gratuitos na Net, questões como o alargamento a

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

essa valência do Museu Municipal, questões como a instalação de novas instituições no edifício que a GNR está a “abandonar”, questões como o bar, o espaço “Wireless” e o estacionamento, questões como estar já o Ensino Técnico e Profissional do outro lado, com o funcionamento do Pavilhão Desportivo que foi reabilitado... em termos públicos, estamos a fazer o possível por revitalizar a parte baixa da vila, portanto, subscrevo a preocupação mas, com todo o respeito, não são os dois ou três exemplos isolados que me vêm intensificar a preocupação de sempre e que nós estamos a combater na medida das nossas possibilidades.

Questão do IMI..., o IMI em termos de avaliação, nos termos da lei, resulta de um conjunto de variáveis que, à partida, a lei pré-define excepto o coeficiente de localização. Em matéria de coeficiente de localização, o técnico adstrito à Repartição de Finanças de Soure apresentou um trabalho há dois anos sobre o qual a Câmara referiu que: “nada temos a opor porque é um imposto ainda sem história não temos dados estatísticos... nos últimos dois anos, em vez de ter havido inflação, houve estabilização em termos de preços de imóveis. Achamos que esse coeficiente de localização, que será para já o único em que se pode mexer, tem que ser ajustado porque os outros estão pré-definidos por lei; temos vindo a sensibilizar o técnico responsável para fazer um trabalho onde evidencie essas disparidades e para podermos apresentar uma proposta de sensibilização sustentada; portanto, naquilo que depende da Câmara Municipal, está a ser feito um trabalho de evidência de casos como aqueles que referiu, para que a entidade competente possa alterar o que é alterável. Dizer que os nossos serviços estão a desenvolver um estudo comparativo ao nível de incentivos à fixação de famílias, um estudo comparativo com os Municípios à volta, de quanto custa, por exemplo, a licença de construção de uma vivenda ou de um prédio... Porventura iremos concluir que a licença de construção de uma vivenda é capaz de custar 200,00 euros e num qualquer Concelho aqui à volta, é capaz de custar, pelo menos, 1000,00 euros e o estudo comparativo que iremos usar até como elemento de atracção é claramente uma forma de atrair a fixação de famílias. Estou convencido que este problema do IMI é um problema que está a atingir os Concelhos todos ou quase todos por uma razão: todos os técnicos aqui há dois/três anos, quando fizeram o estudo dos coeficientes de localização, fizeram-no numa lógica de inflação para os próximos anos e o que aconteceu foi um agravamento da recessão geral e até uma deflação/estabilização de preços. A Câmara pode e deve evidenciar um levantamento de casos inequívocos do género daqueles que me referiu e convencer o técnico adstrito à Repartição de Finanças a fazer uma exposição e nós, cumulativamente, com base nesse trabalho, aprovaremos um parecer que reforce a

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

possibilidade de se alterar o coeficiente de localização... porque nos outros só se se alterar a lei, e disso estará Associação Nacional de Municípios Portugueses, certamente, a tratar.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “era exactamente isso que eu pretendia, que se fizesse força. Farei chegar ao Senhor Presidente a carta dos munícipes porque me parece uma situação grave, no sentido de que são 12.000 contos para um terreno de 800 m² e em Alfarelos parece-me nitidamente uma quantia exorbitante. A Muniçipe diz que vive de parques rendimentos, precisa de pagar algumas dívidas, pôs os terrenos à venda e o mais que lhe ofereceram foram 30.000 euros, de 30.000 para 60.000 euros é o dobro e, por conseguinte, isto são situações que antes da licença de construção têm que vender os terrenos, compreendo que a licença de construção seja um incentivo todavia se não se vender o terreno, não se constrói.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “a propósito do que acaba de falar e porque falou do IMI, lembrava aqui que foi criada uma Comissão, em Dezembro, com elementos deste Executivo e da Assembleia Municipal, para trabalhar as potencialidades que a lei nos dá para definir majorações e criar-mos incentivos à fixação de população em zonas que estão a perder essa mesma população. Penso que é altura de reforçar para que essa Comissão comece a trabalhar porque outras autarquias o têm feito e com sucesso, portanto, também o iremos fazer.

Entrando agora num conjunto de questões que gostava de levantar, aproveitava uma questão que o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho colocou sobre a Biblioteca Municipal.

Gostaria de saudar a interessante iniciativa que é o Mês da Música, inserido no Programa Integrado de Promoção da Leitura. Tive o prazer de assistir a uma das sessões na Biblioteca e queria saudar aquela equipa extraordinária que consegue ter actividades a este nível, um nível de qualidade excepcional virado para as nossas crianças e, portanto, ver o número de escolas que vão à Biblioteca e que participam de forma activa numa actividade destas tão criativa e, portanto, era bom que os Senhores Vereadores, os próprios eleitos da Assembleia Municipal pudessem assistir, de vez em quando, a iniciativas destas para terem a noção daquilo que é feito. Desloquei-me, com a presença da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, e queria saudá-la também por esta iniciativa e aqui entrava numa outra questão que foi levantada. A Biblioteca, já por si a leitura hoje é deixada para trás pelos nossos

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

jovens porque não é atractiva, haverá muitas razões que expliquem isto, agora, uma das razões da nossa Biblioteca e, se calhar, a fraca utilização que ela tem nos meses de frio é efectivamente a temperatura que se faz sentir nós sentimos isso quando lá estivemos, as profissionais que lá trabalham, os utentes que um espaço tão bonito para poder estar a ler, consultar Internet e usufruir de um espaço com aquela dignidade, no Inverno torna-se impossível. Sei que a Senhora Vereadora tem alertado para esta situação, tem feito várias tentativas neste sentido e eu só queria fazer um reforço para que, efectivamente, é uma actividade que não é desportiva, as pessoas têm uma atitude passiva portanto, que se dê prioridade a uma situação destas.

Uma outra questão que gostaria de levantar é sobre o encerramento ou não do Centro de Saúde no período nocturno, no período que vai das 00.00 horas às 08.00 horas da manhã. É hoje um tema muito falado, vinha no jornal de anteontem esta situação, davam como certos o encerramento de uma série de Centros de Saúde em vários distritos, nomeadamente e tendo por base um critério de números, que é o número de atendimentos nesse período. Perguntava ao Senhor Presidente de Câmara, que tem acompanhado esta situação, quais são os critérios que suportam este receio que todos nós hoje temos, quer dizer, já assistimos ao encerramento de tanta coisa, por exemplo, da estação de caminho de ferro, à saída do centro da EDP, escolas com menos de 10 alunos vão encerrar, agora, qual é o critério que está na base do encerramento do período nocturno dos Centros de Saúde e o que isto vai representar para as nossas populações.

Outro aspecto que gostaria de levantar tem que ver com Vila Nova de Anços e com a rotunda.

Se contornarmos a rotunda de Vila Nova de Anços e cortarmos para o lado do campo que vai para a Gesteira - Cercal, quando chegamos lá abaixo temos uma curva bastante apertada, quase em cotovelo e aquilo que as pessoas sugerem é que sejam instalados reflectores luminosos porque passando por lá à noite, essa curva é extremamente perigosa. Eu própria não ia alertada para essa curva e, logicamente, vi o perigo que ela tem.

Também nessa rotunda, não cortando para esse lado mas antes de cortarmos para a estrada principal que atravessa Vila Nova de Anços, há uma saída que não está sinalizada. É bom tomarmos, no imediato, algumas soluções para estas situações.

Gostaria que me esclarecesse sobre o seguinte: nos Concursos Internos que a Câmara Municipal abre, há um para lugar de Chefe de Transportes Mecânicos. Pensava que a composição do Júri, seria o Senhor Presidente de Câmara ou então um dos Senhores Vereadores em exercício de funções porque desconheço se

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

podemos ou não, pelo facto de não pertencermos directamente ao Executivo, fazer parte dos Júris em concursos de Câmara. Pergunto se é possível que o Presidente do Júri seja Chefe de Gabinete do Senhor Presidente de Câmara, se a lei lhe dá este poder e esta possibilidade.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “na questão do Centro de Saúde devo-lhe dizer que, curiosamente ou não, da mesma maneira que leram as notícias eu também as tenho acompanhado; tenho marcada uma reunião de urgência com o Senhor Director do Centro de Saúde e com o próprio Presidente da ARS do Centro e preferia dar explicações sobre estes assuntos na próxima reunião. É naturalmente uma matéria que a todos nos preocupa porque a questão de fundo é esta: evidentemente que qualquer gestão quando tem escassez de recursos tem tendência a que haja uma certa primazia de critérios economicistas mas a Saúde, não podendo fugir à regra, deve continuar a ter o predomínio das pessoas e não de aspectos de natureza economicista e será na base destas “balizas” que continuaremos a defender as nossas posições.

Questão dos concursos, o que lhe posso dizer é o seguinte: nos concursos, por tradição, o Presidente do Júri tenho sido sempre eu, embora, normalmente, tenha subido o primeiro suplente. Habitualmente era um Vereador que estava em número dois, na altura, costumava ser o Senhor Américo Nogueira...”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “a data é onze de Dezembro de 2005...”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “no passado Domingo houve Eleições Presidenciais, o Professor Cavaco Silva ganhou-as também no Concelho de Soure. Embora este não seja o palco adequado para reflectirmos sobre esta matéria, estamos em reunião de Câmara, aquilo que me ofereci dizer é que cumprimento a população do Concelho de Soure, também enquanto Vereador, pela maneira correcta, participada e democrática como votou, tendo dado nós, mais uma vez, um sinal de postura democrática que convém assinalar.

O segundo aspecto tem a ver com algumas questões que me permitia colocar, questões concretas e que têm a ver com atendimentos que foram efectuados por nós aos munícipes. O primeiro tem a ver com um cidadão que me confrontou com uma situação de desigualdade, na perspectiva dele, de tratamento no pagamento das taxas de lixo e também no Saneamento Básico em relação às populações do Cercal e da Gesteira. Confesso que aquilo que me ofereci perante ele foi colocar a questão

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

em reunião de Câmara e depois transmitir-lhe aquilo que o Senhor Presidente entender por bem. O segundo aspecto tem a ver com a situação que leva alguns munícipes de Soure que trabalham, nomeadamente, em Coimbra, que utilizam os transportes públicos que de Soure os levam àquela cidade e que, naturalmente, chegados a Coimbra têm que, ou trabalhando num Hospital, ou na Universidade, ou noutros locais, comprar novamente bilhetes pré-comprados aos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra e, na perspectiva deles, poderia ser feita alguma coisa no sentido de aliviar esse custo. Sabendo eu que algumas Câmaras Municipais da área envolvente da cidade de Coimbra têm tido algum protagonismo nesta área, ou seja, tentar negociar com os Serviços Municipalizados de Coimbra de modo que o bilhete pré-comprado pelos cidadãos desses Municípios e que são utilizados nos transportes públicos que passam por esses Concelhos possam, posteriormente, ser utilizados também nos Serviços Municipalizados de Coimbra. Aquilo que me oferecia dizer é que lhe sugeria que, dentro do interesse que possa ou não manifestar sobre esta matéria, tente junto da Administração destes Serviços Municipalizados um tratamento igual àquele que outros munícipes de outros Concelhos já têm.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “parece-me uma sugestão positiva, embora não tenha uma avaliação do seu impacto, mas todos sabemos que Soure tem características de Concelho dormitório e que há muita gente que chegada a Coimbra tem que complementar a forma como se deslocou com a utilização dos serviços que referiu... faz todo o sentido que a Câmara Municipal possa diligenciar no sentido de aliviar, a vários níveis, a sobrecarga que essa necessidade já constitui para o cidadão.

Quanto à questão do desigual tratamento, gostaria de informar o seguinte: quando nós, por exemplo e ainda recentemente, aprovámos a contratualização do serviço para Controle de Qualidade de Água de Sistemas Públicos e Particulares, é que, em Soure, ainda subsiste um Sistema Particular de Abastecimento que é o da Cooperativa do Cercal; antigamente, houve um período em que as dinâmicas locais se substituíram ao Estado e resolveram problemas que o Estado não resolvia.

Recordo que nos últimos dez anos a Câmara realizou investimentos, que levaram à “extinção” de quatro cooperativas que haviam sido criadas com este tipo de objectivos e que, assim sendo, deixaram de ter razão de ser, ou continuaram a sua existência com outro tipo de actividade. Neste momento, ainda que a água do Cercal seja a água que resulta do investimento então feito pelos cidadãos do Cercal, já o acompanhamento qualitativo e as manutenções do Sistema estão garantidas

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

pelos investimentos e pelos serviços da Câmara Municipal; concretamente, quando contratualizamos o controle de qualidade da água, também o fazemos para o sistema do Cercal; quando há uma avaria no Cercal são os nossos serviços que vão repará-la... Porém, a população do Cercal continua, como, aliás, estiveram as de Brunhós, Casais das Camarinheiras, Moinho de Almoxarife, Carvalhal de Azóia, até há uns dois anos, na mesma situação, isto é não pagam água à Câmara porque o sistema é ainda o particular da cooperativa.

Como sabem, os nossos regulamentos, os tarifários em vigor, em termos de Saneamento e de Lixo, estão indexados ao Consumo de Água... quer dizer, por esta razão de excepção, de facto, há como que um tratamento desigual que assenta numa característica histórica de excepção e, portanto, das duas uma: ou o normal investimento que temos vindo a fazer acabará por substituir o sistema de então por um sistema municipal... ou até lá, serão alterados os regimes tarifários aplicáveis.

Relativamente à questão das Eleições Presidenciais, subscrevo a congratulação quanto à forma civilizada, adulta, madura como se portaram os munícipes de Soure. Evidentemente, por razões óbvias, não vou ser hipócrita e subscrever que fiquei satisfeito com este ou com aquele resultado mas permita-me que, com a mesma elevação e sinceridade, lhe diga que é verdade que o Professor Cavaco Silva, a quem desejamos um bom mandato para Portugal, ganhou as eleições no Concelho de Soure mas também não é menos verdade que se Portugal fosse o Concelho de Soure, haveria segunda volta.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “é verdade, haveria segunda volta mas não com o candidato apoiado por Vossa Excelência...”

Estamos no final do primeiro trimestre dos nossos trabalhos e eu permitia-me ocupar algum do vosso tempo com dois minutos de reflexão sobre o trabalho produzido até agora.

Da Bancada do PSD, Vossa Excelência contou até hoje sempre com um comportamento, uma posição séria e, permita-me dizê-lo, uma posição credível. Sabe que a oposição que temos feito é uma oposição de aprovação em relação a matérias que, da nossa parte, merecem aprovação e de oposição a matérias que merecem oposição. O nosso sentido de voto tem sido coerente, votámos contra a Derrama, o Plano e Orçamento; abstivemo-nos em relação a todas as obras, nomeadamente, alcatroamentos, às homologações dos autos e outras obras dessa natureza que, do nosso ponto de vista, não mereciam uma votação de outra natureza; não participámos na génese dessas obras; não estivemos presentes

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

naturalmente, o nosso sentido de voto tem sido a abstenção. Não há um voto contra como, obviamente, deve ter reparado.

A assiduidade e a pontualidade dos Vereadores do PSD tem sido inatacável, não faltámos a reunião nenhuma até hoje, certamente, isso também corresponde a todos os outros Senhores Vereadores. Em relação à pontualidade, eu próprio cheguei, numa reunião, um pouco atrasado, com conhecimento do Senhor Presidente que teve a amabilidade de me comunicar se queria que, por via do meu atraso, a reunião começasse mais tarde e eu entendi que, mesmo assim, era preferível começar a reunião. Temos feito a oposição da maneira que nos parece mais correcta.

Permitir-me-ão também dizer que sentimos idêntica educação e correcção dos debates daquilo que são as propostas, as comunicações, as intervenções de todos os Senhores Vereadores.

Temos tido, recentemente, o agradável convívio e receptividade por parte de muitos munícipes que nos têm contactado nos nossos atendimentos. Nós começámos a fazer atendimento às Segundas-feiras de manhã, das 09.30 horas às 12.00 horas e às Quintas-feiras, das 14.00 horas às 16.00 horas, em dias em que há reunião de Câmara, portanto, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, a nossa postura tem sido uma postura que eu podia classificar, porventura, de..., temos tido uma posição de oposição leal. O Senhor Presidente sabe que, olhos nos olhos, dizemos a verdade e sabe que não escondemos nada e sabe que quando não concordamos, dizemos; quando não concordamos votamos contra ou, no mínimo, abtemo-nos.

Essas jogadas menores que desclassificam a política não tem sido apanágio da nossa parte e aquilo que é da nossa intenção é que nunca sejam. A postura do PSD nesta Câmara será sempre de oposição correcta e fiel ao resultado eleitoral que o povo de Soure nos atribuiu e àquilo que, do nosso ponto de vista, são os interesses do nosso Município.

Este é um tempo de mudança, conforme temos constatado e constatámo-lo no passado Domingo, é um tempo de mudança e é um tempo de aposta e de confiança também em relação ao Governo da República. Entendemos que o esforço que está a ser feito pelo Governo Português, de implantação de algumas medidas que são importantes para o futuro de Portugal e com a eleição de um Presidente da República que nos garante exactamente uma postura de grande coerência e de grande dignidade nesse mandato pressupõe que, da nossa parte, tenhamos um comportamento idêntico. O PSD, no Concelho de Soure e nesta Câmara Municipal, terá sempre esse comportamento, um comportamento coerente,

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

de diálogo e construtivo. Da nossa parte nunca se pode esperar outra coisa e aquilo que eu quero deixar hoje aqui muito evidente, junto de vós e junto daqueles que em nós votaram, é que sabem sempre qual vai ser o nosso comportamento, até agora e daqui para a frente.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “evidentemente, trata-se de um balanço que o Senhor Vereador entendeu fazer sobre três meses de mandato. É, naturalmente, um balanço legítimo, respeitável; subscrevo muitas das coisas que foram ditas; noutras, não as subscrevendo, desejo sinceramente, achando eu que nem sempre assim têm sido, que assim venha a ser porque continuo a pensar, como disse há pouco o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho, que em Democracia se a razão de ser do exercício de cargos políticos são as pessoas podemos divergir/variar nas estratégias mas só podemos convergir nos fins a atingir que, na prática, radicam/convergem para a melhoria do bem estar colectivo, para o desenvolvimento.

Quanto à questão da oportunidade, devo dizer que faço controles de execução, em termos de gestão, mensais mas, em termos de balanço, faço-os sempre com uma maior periodicidade, o que não significa que outras pessoas, legitimamente, entendam que um trimestre justifica perfeitamente que seja feito um balanço e até uma, foi assim que o entendi, reafirmação de princípios.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “feito o apuramento trimestral que eu acho que devemos fazer, as pessoas têm que saber, quando votam numa determinada organização política, ou numa determinada pessoa, qual é o comportamento ético e político que essas pessoas assumem depois de serem eleitas pelas populações e eu quero que as pessoas de Soure saibam que quando votaram em nós e que nós nos candidatámos com determinado programa e determinado pressuposto, que os mesmos estão sempre presentes na nossa maneira como actuamos politicamente nesta casa.

Senhor Presidente, em tempo oportuno e com a nossa absoluta concordância, pediu uma Auditoria à Câmara Municipal. Pode dizer-nos como está essa situação?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “foi solicitado ao Senhor Inspector Geral da Administração do Território que incluísse o Município de Soure no pacote de Municípios a inspeccionar; recentemente, terá entrado uma carta a dizer que havia

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

alguma dificuldade, pois que Soure não estaria previsto no Grupo de Municípios a inspeccionar no corrente ano.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “assisti à sua intenção de solicitar uma Auditoria e reparará que essa sua intenção teve um claro acompanhamento e apoio da nossa parte. Como há pouco falei em tempos, também há tempo de fazer as coisas e entendo que o tempo da Auditoria solicitada por Vossa Excelência, e com a nossa concordância, é um tempo que está a ser demasiado dilatado. Poderá dizer-me que devo imputar a outro essa responsabilidade e eu devo dizer que, se calhar, tem razão. O Estado é vagaroso, o Estado faz as coisas com os seus necessários encadeamentos, aquilo que nos tem habituado é que tem um ritmo que não é o ritmo da sociedade e tenho uma proposta que, se me permitisse, gostaria de a ler: *“Proposta de Auditoria - o Concelho de Soure continua a ser assolado por intensos rumores e por denúncias comprovadas feitas por munícipes e por organizações partidárias quanto à legalidade de medidas adoptadas pelo anterior Executivo, no âmbito da Gestão Financeira ou da política de Recursos Humanos da Câmara. De resto, sentiu o Presidente da Câmara necessidade de se referir a este assunto em sede de instalação dos Órgãos Municipais. Aí foi dito, pelo recém-empossado Autarca, que essa diligência, ou seja, o Pedido de Instauração de uma Inspeção ao Município de Soure pela IGAT, iria ser solicitada pelo próprio com carácter de urgência.*

Esse procedimento foi desencadeado, a correspondente sindicância é que parece não se ir concretizar em tempo oportuno. Sejamos claros, não há duas interpretações de expressão “urgência”, para nós, urgência é já, de imediato. Este ambiente pantanoso e de desconfiança em relação à Autarquia deve acabar com o apuramento de toda a verdade, por isso, solicitamos que o Presidente da Câmara desencadeie o processo administrativo correspondente à aquisição de serviços de uma empresa de Auditoria com créditos reconhecidos e com trabalhos já desenvolvidos nesta área para que a sindicância solicitada seja efectuada de imediato. Esta proposta, que gostaria que levasse à votação, é subscrita pelos Vereadores do PSD.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “em primeiro lugar, a Auditoria não foi solicitada com a vossa concordância, a Auditoria foi solicitada de motu próprio a que os Senhores acrescentaram a vossa concordância.

Depois, quando refere *“denúncias comprovadas... quanto a legalidade de medidas adoptadas... no âmbito da gestão financeira ou da política de recursos humanos...”* bom, sejamos claros, eu não sei o que é que o Senhor Vereador quer dizer... *denúncias comprovadas???*... Quando fala em *“ambiente pantanoso e de desconfiança”*... isso tem sido, apenas e só, apanágio de alguns sem qualquer tradução concreta. *“Quem não*

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

deve não teme”... eu não tenho nada contra que se contrate uma empresa independente para fazer uma Auditoria à política de Recursos Humanos e à Gestão Financeira, agora, o que acho é que não devendo nada, nada temendo, devemos insistir com a IGAT para que o faça... não devemos avançar para o desbaratar de recursos numa altura de escassez dos mesmos... Aliás, para aqueles que teimosamente insistem em apregoar a existência de ambientes pantanosos e de desconfiança, irei dar exemplos muito concretos, em Março e Abril, com informações jurídicas sustentadas, de exemplos muito concretos de como alguns pretenderam, tudo fizeram, para criar esses ambientes ditos pantanosos e de desconfiança. Por exemplo, no final de Março de 2005, um munícipe fez queixa ao Ministério Público dizendo que a Câmara Municipal de Soure estaria a proteger um vizinho em matéria de licenciamento de obras particulares e que não estaria a tomar as providências adequadas às suas queixas e então faz uma queixa ao Ministério Público em que não denuncia os serviços, denuncia contra incertos; objectivo da queixa, quando se denuncia contra incertos, mesmo que determinado responsável nada tenha a ver com o processo, como se comprova nos mesmos, pretende-se apenas fazer chacota política porque isso obriga a que o Chefe de Repartição seja formalmente arguido, o Chefe de Divisão também, o Director de Departamento, o Vereador e o Presidente de Câmara mesmo não tendo participado..., mesmo que seja por duas/três semanas, também é arguido para depois ser produzido o Despacho de Arquivamento do Inquérito e entretanto não há segredo de justiça e procura-se vender que o Presidente da Câmara é arguido..., não se diz é o que isso significa, nem porquê, nem que foi arquivado. É este ambiente dito pantanoso e de desconfiança que eu percebo perfeitamente, até porque basta ver quem era o advogado..., a este pretenso ambiente eu não respondo com desbaratamento de recursos, eu respondo com uma insistência junto da IGAT.

As questões de política de Recursos Humanos, as que estão em sede judicial, estão a tramitar, os processos podem ser compulsados... em matéria de Gestão Financeira, a questão recorrente de que há Contratos de Factoring..., a Câmara não tem qualquer contrato, já expliquei e sobre isso há jurisprudência. Se é isso que está em causa, com todo o respeito, não estou de acordo que se gaste dinheiro para questões que, para mim, não têm quaisquer dúvidas... agora, estou de acordo que os Senhores Vereadores, se quiserem, aprovem uma proposta reafirmando a vontade de que a Auditoria ocorra já. De maneira que, sobre a sua proposta respondo da seguinte forma: a proposta poderá ser colocada à votação, e, neste momento, pelas razões que expendi, de que não concordo com a questão do ambiente pantanoso e de desconfiança, porque isso eu sei de onde é que vem... de

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

que não concordo com a questão das denúncias comprovadas porque não as há!!! Em matéria de Recursos Humanos, o que está no Tribunal, está no Tribunal, decidir-se-á se o suporte legal está correcto ou não, quanto à questão política subjacente não tenho dúvidas e quanto à questão de haver já a Auditoria da IGAT ou não, se a minha carta solicitando, com carácter de urgência, não produziu ainda efeitos, acho que, porque não, nova carta com uma proposta aprovada por todos... se isso não produzir efeitos, poderemos avaliar mas tenho que perceber... sabe que a gestão da Câmara Municipal não deve obedecer a critérios de natureza “passaram três meses, vamos agora “levantar mais uma lebre”. O Vereador apresenta proposta para auditoria, o Presidente não quer por isto ou por aquilo...”, não quero nem deixo de querer, eu quero a Auditoria, agora não tenho é que andar ao sabor de correntes que não têm que ver exclusivamente com o interesse municipal até porque quando o Senhor Vereador diz “a auditoria tem que ser já”, sabe uma coisa? Os processos e os documentos não se apagam, a auditoria, a ter havido ilegalidades como diz, os processos estão lá, não podem desaparecer, teve que haver pagamentos. Repare, o ser agora ou ser depois, se houver o que quer que seja que configure qualquer irregularidade, é impossível de desaparecer, só quem não conhece a gestão... portanto, em termos de mero exercício político, eu não estou de acordo com a sua proposta, estou de acordo de que haja uma qualquer forma de insistência junto da IGAT.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “antes de me referir a isto, porque foi referido por todos, os resultados eleitorais e a eleição do Presidente da República de Portugal, logicamente que eu serei a mais “triste” de todos, uma vez eleito, resta-me desejar ao Senhor Presidente da República que tenha um bom mandato para o Povo Português e para Portugal; pensava que era uma candidatura independente e pelo que foi aqui dito fiquei a saber que não era nada independente e que era uma candidatura do PSD, isso eu já tinha adivinhado mas compreendo perfeitamente a maneira como o Senhor Vereador mostrou toda a sua satisfação. Em relação à proposta que aqui trás concordo, não com alguns pontos que poderão aqui estar, mas com a urgência que todos nós podemos sentir, como o Senhor Presidente de Câmara será talvez o mais interessado, penso eu, porque todos estão interessados em que a verdade venha ao de cima e, portanto, com o objectivo da proposta estou de acordo desde o início, desde o momento em que fui eleita e que tomei posse. Apoiarei uma proposta ao IGAT de reforço e proponho que votemos para que seja feita a Auditoria com a maior urgência; devemos dar algum tempo para essa resposta, que não deve ser muito longa e depois, então, passarmos a dar este passo que apoiarei nessa altura, na posição da CDU, devemos

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

solicitar ao IGAT se tem ou não condições para fazer, nos tempos próximos, esta Auditoria e consoante a resposta então caminharmos para uma situação destas, logicamente de uma entidade privada. Estou tão interessada em conhecer a verdade como os Senhores Vereadores e como todos os que estão presentes nesta sala mas penso que agora era o caminho certo que deveríamos tomar...”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “antes de mais sou o primeiro a querer “acabar com esta conversa” e com esta história do ambiente pantanoso e de desconfiança e quero-vos dizer a todos, olhos nos olhos, que me tenho congratulado com o facto de, em período de campanha, ter havido tanta carta anónima sobre tanta coisa que até me estar a dar um grande gozo pessoal a devassa que a todos os níveis está a ser feita à minha vida pessoal e eu reajo com calma e serenidade porque estou de consciência tranquila... mas também vos quero dizer o seguinte: dentro de muito pouco tempo, concluída a devassa, porque se está a identificar a história do anonimato das queixas, convidarei alguns dos Senhores Vereadores para que, de livre e espontânea vontade, solicitem ao Ministério Público idêntica devassa a toda a sua vida privada. Acho muito bem porque “quem não deve não teme...”

Quanto a esta matéria, a minha proposta alternativa é a seguinte: que a Câmara Municipal aprove uma proposta no sentido de solicitar à IGAT que o pedido apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara seja atendido e que, no ano em curso, se promova uma Auditoria à Câmara Municipal.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “só uma pequena observação à Senhora Vereadora da CDU..., nunca ninguém me ouviu aqui dizer que o candidato A, B ou C era apoiado pelo PSD.

O anonimato que provoca devassas é uma coisa absolutamente inqualificável, contará Vossa Excelência com toda a nossa solidariedade em qualquer situação que ache oportuna que ateste que situações destas são perfeitamente inqualificáveis. O que estamos a falar é de outra coisa, estamos a falar é da Auditoria à Câmara Municipal. A nossa proposta surge, naturalmente, da inquietação que constatamos e que nos assiste de não vislumbrarmos, num futuro próximo, qualquer Auditoria pela IGAT e, repare, a nossa preocupação advém da sua preocupação. Foi Vossa Excelência a primeira pessoa que falou nisso, é óbvio que a razão da nossa proposta é só uma, se o IGAT não faz, alguém que faça porque acreditará naquilo que lhe vou dizer, não é bom para nenhum de nós sermos parte activa num órgão municipal como é a Câmara Municipal, onde quando se fala da Câmara Municipal aparece sempre qualquer cidadão a dizer isto e aquilo, portanto, se é assim,

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

clarifique-se as coisas. Essa razão que nos assiste está vertida nesse documento que diz isso de uma maneira muito simples, se o Senhor Presidente quiser, ou achar, que nós devemos retirar a adjectivação dessa proposta, retirá-la-emos. O ambiente pantanoso não somos nós que o criamos, se quiser também não o pomos na nossa proposta, agora, faça-se a Auditoria e acabe-se com isto.

Se essa for sua intenção, sua proposta, se esse for o seu conselho, poderemos tê-lo em linha de conta no debelar da adjectivação do documento. Nada nos move, como é bom de ver, contra Vossa Excelência, queremos é que as coisas sejam clarificadas.

Entendo que situações como a que o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora da CDU estão a apontar, que é sugerir/impor-se à IGAT um limite temporal para a dita Auditoria poderá, porventura, ser até mal interpretada por eles porque os *timings* são os deles não são os nossos e portanto, eu se quiser colocar a questão nos termos em que deve ser colocada, pedia-lhe que votasse essa proposta e se, naturalmente, for uma proposta que saia vencedora o Senhor Presidente terá o cuidado de tramitar processualmente isso no sentido de que exista uma empresa a fazer a Auditoria; se essa proposta não for vencedora, como da nossa parte o que nos interessa é a verdade e o esclarecimento, certamente nada nos diz que não aprovaremos uma proposta de outra natureza que seja, porventura, melhor que a nossa porque nós não temos o dom da verdade única, queremos é ser úteis à população do Concelho de Soure.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “é verdade que o ambiente criado cria algum desgaste principalmente a quem quer trabalhar e a quem, uma vez eleito, deseja trabalhar e nós estamos todos nessa situação. Concordo com o Senhor Vereador se pensa assim mas também penso que, e pedia ao Senhor Presidente se estivesse de acordo que o incluísse na sua proposta, uma vez que foram decorridos três meses, e eu não pretendo fazer nenhum balanço, sobre o pedido de Auditoria que essa proposta solicitasse ao IGAT que esta fosse feita o mais breve possível e eu pedia para acrescentar, se concordar, uma outra situação que é pedir ao IGAT que seja rápido a fazê-la e que dê alguma prioridade à Câmara Municipal de Soure; se não conseguirmos isso, então que se analise a questão da empresa privada e aqui incluímos a proposta do PSD.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “evidentemente não concordo com a maioria da adjectivação da proposta do PSD e também, permita-me que lhe diga, estes assuntos devem ser tratados com seriedade e não tentando que questões

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

importantes da vida do Concelho sejam praticamente ofuscadas porque a notícia jornalística é “Vereador tal chama à atenção que é importante que haja uma Auditoria...,” eu percebo também isso politicamente mas estou é preocupado com o Concelho e sou o mais preocupado com o tal pântano que alguns geram, de maneira que, a minha proposta alternativa ou não é a seguinte: que a Câmara Municipal aprove uma proposta no sentido de se dirigir ao Senhor Inspector da IGAT uma insistência, aprovada por unanimidade, para que seja desencadeado um processo de Auditoria à Câmara evitando-se assim que tenhamos que recorrer à contratação de uma entidade independente privada e ao correspondente esforço financeiro.

Porque estes são os factos políticos que a muitos agradarão mas são aqueles que a mim nunca me estimularão mas também nunca me assustarão, de maneira que esta é uma questão que nem me assusta nem me estimula, é uma questão que me preocupa que haja a possibilidade de estarmos permanentemente a ter que “levar com isto” quando nós sabemos exactamente de onde é que vem este pseudo ambiente.

Senhor Vereador, não estou a fazer nenhuma acusação mas uma constatação. Quero-vos dizer o seguinte, eu faço questão que haja uma Auditoria... acho é que isto não é só porque hoje faz três meses, vamos aqui chamar a atenção de que tem que haver..., calma, o desenvolvimento do Concelho preocupa-me, isto preocupa-me mas não me preocupa muito, durmo todos os dias de consciência tranquila.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “Senhor Presidente, há coisas que eu não entendo na sua intervenção..., tais como, o Senhor Presidente tem repetidamente dado nota de que a nossa Bancada pretende, com uma proposta dessa natureza, a divulgação mediática inerente. Quem utilizou esse argumento de uma maneira muito estranha foi Vossa Excelência quando, na sua tomada de posse, que é uma coisa absolutamente *contra natura*, toma posse e diz “cheguei e vou mandar fazer uma Auditoria”..., foi o Senhor Presidente que falou, lembra-se? Não fomos nós. Nós, porque falou, deixámos de o fazer e não falámos. Estes são os factos, tudo o que seja além destes factos, nós, permita-me que o diga, não entendemos. Estou aqui, e os meus colegas de Bancada, para trabalhar para o bem público, se entende que uma situação dessa natureza, ou seja, a aprovação de uma Auditoria feita por uma empresa ao Município de Soure, numa altura de escassez financeira, pode ser mais um custo, mais um gasto, a nossa Bancada a única coisa que pode dizer é que se é assim, se é colocado nesses termos, quem somos nós para querer provocar mais uma conta à Câmara Municipal; se, além disso, o Senhor

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

Presidente de Câmara assume um compromisso de honra perante nós de que vai desenvolver todos os esforços, com a nossa absoluta concordância, em que a IGAT tente então fazer uma Auditoria dessa natureza o mais depressa possível, nós não podemos de maneira nenhuma contrariá-lo. Como vê, não fazemos política para os jornais porque uma proposta séria e coerente, como é aquela que acaba de fazer, da nossa parte, só pode ter aceitação e, portanto, retiramos a nossa proposta.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “eu, na tomada de posse, disse o que disse porque, concordará comigo, *“quem não se sente não é filho de boa gente”* e há alturas em que, perante aquilo que foi insinuado/dito, é impossível não reagir e eu entendi que deveria ter essa reacção. Se isto não tivesse qualquer impacto financeiro, não era amanhã, tinha sido ontem... eu percebo tudo o que está subjacente à proposta mas entendo que, eu que conheço macroeconomicamente a gestão da Câmara, nesta altura, não esgotar a possibilidade de a termos de forma gratuita e estar apenas, porque se diz que há um ambiente pantanoso, a avançarmos para a contratação de um serviço privado, parece-me que não o devemos fazer, não sem antes tudo ter sido feito em termos de insistência educada para que a IGAT o faça, como é seu apanágio.

O meu compromisso de honra não é só perante os Senhores Vereadores, há um compromisso de honra meu perante todos os Municípios... na minha tomada de posse dá a impressão que a única coisa que disse foi pedir uma Auditoria, a quem leu os títulos dos jornais dá essa impressão, disse isso e muitas outras coisas...

De qualquer forma, até porque esta é uma matéria, que não tendo nós nada a esconder, que como o Senhor Vereador disse que não pretendia que fosse matéria de jornais, então acho que nos poderia ter sensibilizado em reunião prévia. Tenho que lho dizer, se a sua intenção era apenas garantir que houvesse um reforço junto da IGAT... mas, repare, há uma contradição entre o que diz, que não é jornalística... mas não ter havido nenhum esforço em termos de reuniões preparatórias. Não houve da sua parte nenhum contacto prévio para cuidar de saber como é que estavam a andar ou não as questões com a IGAT, nem para me sugerir “insistam com a IGAT pois parece-nos que é bom para todos, que estamos neste barco, que haja transparência e que se acabe com o ambiente de desconfiança”... neste quadro, se os Senhores entenderem, por bem, retirar a proposta, estou absolutamente disponível para que votemos, se for esse o entendimento, uma proposta em que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, insistir no sentido da IGAT poder fazer no mais curto espaço de tempo, entenda-se já este

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

ano, uma Auditoria à Câmara Municipal, para, de uma vez por todas, “pararmos com este tipo de discussão.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “quando é que o Senhor Presidente recebeu essa carta da IGAT a dizer o *timing* em que ia fazer a Auditoria?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “recentemente, não sei, porque só tive ainda a informação dos serviços.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “o Senhor Presidente não acha que, após ter recebido essa informação dos serviços, devia ter contactado a oposição?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a pressão que o Senhor Vereador diz ter sobre o “ambiente”, eu não a sinto, mas estou preocupado e faço questão de ser o primeiro a querer que isto aconteça...”

Neste momento, a questão que se coloca é esta: o Senhor Vereador quer votar a proposta da insistência ou quer manter a proposta?”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “depois do diálogo aqui mantido, cujo fundamento eu concordo, que é a pressão junto da IGAT no sentido de apressar a Auditoria, já reafirmámos que, da nossa parte, retiramos a nossa proposta. Esta é a nossa última posição e não vamos estar continuamente a repeti-la.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação das Propostas de Acta de 24.11.2005 e de 15.12.2005

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de acta de 24.11.2005. -----

A proposta de acta de 15.12.2005 foi retirada, por unanimidade, da presente ordem de trabalhos. ---

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

. **LIGAÇÃO À INTERNET - 1.º CEB – ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

. **Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
LIGAÇÃO À INTERNET - 1.º CEB
ASSISTÊNCIA TÉCNICA
ADJUDICAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 15.12.2005, recorrer à figura do **ajuste directo** com vista ao fornecimento acima mencionado, tendo em conta que o valor estimado é inferior a 4.987,98 € - cfr. alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

Das empresas consultadas, a Servidor Informática não apresentou orçamento, tendo as restantes apresentado as seguintes propostas:

Firma	Valor (Euros)
Realestudo, Lda	1.980,00
Lourisytems, Lda	1.925,00

Tendo em conta o critério de análise das propostas - unicamente o do preço mais baixo -, sugere-se a adjudicação do presente fornecimento à firma Lourisytems, Lda.

Não é obrigatória a realização de contrato escrito, uma vez que o valor de adjudicação é inferior a **49.879,79 euros** - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho -.

O presente procedimento está dispensado da audiência prévia nos termos do artigo 154.º do citado diploma.

Deste modo e considerando que foram cumpridas as formalidades legais aplicáveis, propõe-se:

1. A adjudicação ao fornecimento à firma **Lourisytems, Lda**, pelo montante de 1.925,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Autorização para a realização da despesa pelo montante atrás referido.

À Consideração Superior,
O Chefe de Repartição
(Gil Soares)
2006.01.13

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

Ponto 5. URBANIZAÇÃO E URBANISMO – CASAS MORTUÁRIAS

- . DAS FREGUESIAS
- . Casa Mortuária do Casal do Redinho
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO – CASAS MORTUÁRIAS
DAS FREGUESIAS
CASA MORTUÁRIA DO CASAL DO REDINHO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA -HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **19.01.2005**, à empresa **Viegas & Viegas, Lda**, pelo valor de **36.387,91 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
2006.01.13

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 6. URBANIZAÇÃO E URBANISMO – CASAS MORTUÁRIAS

- . DAS FREGUESIAS
- . Casa Mortuária do Casal do Redinho
 - Arranjos Exteriores - Muro de Suporte
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO – CASAS MORTUÁRIAS
DAS FREGUESIAS
CASA MORTUÁRIA DO CASAL DO REDINHO (MURO DE SUPORTE)
RECEPÇÃO PROVISÓRIA -HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **24.09.2005**, à empresa **Viegas & Viegas, Lda**, pelo valor de **4.985,25 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
2006.01.13

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 7. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS
- . Arruamentos na Freguesia de Pombalinho - Vale Centeio
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS
ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE POMBALINHO - ARRUAMENTOS EM VALE CENTEIO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA -HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **17.02.2005**, à empresa **Manuel Dias Martins & Martins, Lda**, pelo valor de **41.843,50 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
2006.01.18

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

- Ponto 8. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA**
- . **OUTRAS RECARGAS**
 - . **Arruamentos na Freguesia de Pombalinho - Ramalheira**
 - . **Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE POMBALINHO - ARRUAMENTOS NA RAMALHEIRA
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **21.05.2005**, à empresa **Manuel Dias Martins & Martins, Lda**, pelo valor de **20.019,50 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
2006.01.18

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

Ponto 9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE FERROVIÁRIA

- . **Linha do Oeste**
- . **Passagem de Nível ao Km 204 + 381**
- . **Supressão**

O Senhor Presidente referiu: “dou conhecimento que, na sequência de uma proposta apresentada para a supressão de uma passagem de nível na Linha do Oeste e da avaliação feita pelos técnicos e autarcas de freguesia, cumprido o acordo que resultou do parecer que então foi aprovado, que esse investimento já foi realizado e que a partir do dia 18 de Janeiro foi suprimida essa passagem.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “a CDU, a semana passada, teve uma iniciativa nas Termas da Amieira e verificou que havia corte de árvores. Gostaria de saber se este corte foi autorizado pela Câmara Municipal.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “ainda durante a época de incêndios, autorizou-se apenas o corte de árvores que constituíam foco de perigosidade. Agora, se foram os Bombeiros Voluntários, ou os serviços da Câmara ou se socorreram de alguma..., não acompanhei o processo. A única coisa que foi autorizada, foi o corte das árvores que constituíam inequívoco factor de insegurança.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “a minha questão é relativamente a esta nova via de comunicação construída pela REFER e fazer uma ligação à última reunião de Câmara em que avaliamos o traçado da nova A17. Quer-me parecer, pelo desenho que nos foi apresentado pelo técnico da Câmara, que a A17 vai passar exactamente por cima desta via que agora foi construída. A minha observação vai no sentido que, como Vossa Excelência sabe, aquela é uma via de comunicação muito utilizada pelos habitantes da Freguesia de Samuel, e não só, para acesso à Figueira da Foz. Com a construção do Troço da A17, não está salvaguardada a situação de se construir uma alternativa ou minimizar os trabalhos que não impeçam o fácil acesso dos munícipes por essa via.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “não lhe posso adiantar se aquilo que está no mapa corresponde exactamente ao que acabou de dizer mas atenção, o caminho que foi alargado e que levou revestimento betuminoso já existia e é um mero caminho de ligação...”

Foi tomado conhecimento. -----

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

Ponto 10. RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIOS

**10.1. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL - NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO-
. Protocolo**

O Senhor Presidente referiu que: “o Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral pediu-nos apoio para a realização de um estágio, sem quaisquer encargos para a Câmara Municipal.

Assim, o que eu proponho é que aproveemos a realização do referido Estágio.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a realização do referido Estágio. -----

10.2. INSTITUTO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DA FIGUEIRA DA FOZ - SOURE

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se também de um pedido de apoio do INTEP para um estágio, sem encargos financeiros, dirigido a quatro estagiárias na área de Técnico de Auxiliar de Infância.

Assim, aquilo que eu proponho é que aproveemos a realização destes Estágios.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a realização dos referidos Estágios. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o Município Sr. João Costa dizendo: “somos de Figueiró do Campo e a questão que nos traz cá é a preocupação em relação à Ponte Medieval que atravessa o campo. Assim, entregamos um documento a todos os membros dos diversos partidos aqui representados, para nos acompanharem no esforço que estamos a desenvolver no sentido de preservar e recuperar a mesma em função dos estudos históricos e arqueológicos efectuados.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “há uma questão concreta que é a necessidade da construção de uma nova ponte porque, como sabem, a ligação de Figueiró do Campo a Casais Velhos, particularmente depois das cheias de 2001 e com os investimentos que foram feitos por parte dos dois Municípios nas ligações, aqueles caminhos agrícolas, passaram a ser muito mais que isso e hoje servem um tipo de tráfego, uma intensidade de trânsito que não se compadece com o estado da ponte actual..., que aliás, tem o trânsito condicionado, embora por vezes a sinalização desapareça. A Câmara, no final de 2003, aprovou, um ajuste directo para a realização de um estudo geotécnico... porquê? Porque não era líquido para os

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

técnicos da Câmara, qual o tipo de terras de que estaríamos em presença; então aproveitou-se o facto de estar próxima uma empresa credenciada na matéria, a iniciar os trabalhos de desmontagem da ponte à entrada de Alfarelos, para se ter acordado um ajuste directo (que não chegou a 5.000,00 euros). Essa empresa que tem uma divisão especializada em estudos geotécnicos, desenvolveu então um estudo cujo relatório já foi entregue na Câmara, com base no qual está a ser preparado um caderno de encargos para abriremos concurso. Porém, este problema não era dissociável de um outro: eu próprio cheguei a manifestar a dúvida que era: terá a ponte actual valia histórica/cultural, ou não???... mas essa questão, neste momento, do nosso ponto de vista não impede que se avance para a nova ponte. A nova ficará exactamente onde está a fossa que vai deixar de funcionar dentro de muito pouco tempo. Ainda recentemente esta questão foi abordada numa reunião que tive com a Associação de Defesa do Património, que julgo que também foram contactados e que visitaram o local, e entre múltiplas questões que me puseram e com as quais entenderam sensibilizar a autarquia, reivindicar até, para que as coisas fossem tratadas também tendo em atenção aquilo que era o pensamento deles. Expliquei isto que vos estou a explicar... a questão é esta, quando vocês dizem classificação da ponte como imóvel de interesse público, muito bem, conservação e restauro. Agora, a Câmara Municipal não está, em termos dos seus próprios quadros, habilitada, não tem competência para dizer que a ponte que existe tem interesse histórico..., sugerimos até à Associação de Defesa do Património que fizesse um relatório sobre a mesma que indicasse claramente o período temporal em que a mesma teve origem e nos explicitasse, qual a metodologia a seguir, no fundo, um pouco para ir de encontro ao que os municípios sugerem no que diz respeito à classificação e à conservação e restauro. A outra questão paralela e cumulativa... a Câmara, neste momento, com o estudo geológico, está a desenvolver um caderno de encargos para abrir o(s) concurso(s) para a nova ponte. A Câmara Municipal para poder apreciar e poder dar força a um movimento da sociedade civil dessa natureza tem que ter documentos que tecnicamente sustentem isto, se os municípios já têm trabalho adiantado, aquilo que vos peço é que nos facultem esses dados. Todo o trabalho que estão a desenvolver eu não o questiono tenho todo o interesse e até agradeço, mas gostaria que esses dados nos fossem facultados para podermos juntar a nossa à vossa voz.”

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

O Munícipe Sr. João Costa continuou dizendo: “em relação à conservação aí é que nós pedíamos uma colaboração mais estreita, porque sem a colaboração da Câmara não é possível.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “já percebeu que há aqui fases distintas, agora estamos a preparar a abertura de concurso para a nova ponte; entretanto, temos que ir condicionando o trânsito e fazendo as intervenções transitórias... paralelamente devemos, se calhar, utilizando já o vosso trabalho desenvolvido, partir para a certificação histórico/cultural da ponte. O investimento que deverá ocorrer na nova ponte, irá resolver um problema social, iremos trabalhar no sentido de que a velha ponte, uma vez desactivada, seja naturalmente preservada.”

O Munícipe Sr. João Costa continuou dizendo: “na construção da nova ponte o que também nos preocupa é o enquadramento paisagístico.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “está feita a sensibilização para que no programa de concurso que vamos abrir para o projecto, para além do estudo geotécnico que está feito que é fundamental em termos de segurança, que se tenha em linha de conta a possibilidade de a ponte existente constituir um imóvel de interesse público. São, digamos, condicionantes que irão constar do nosso programa de concurso de abertura de projecto.”

O Munícipe Sr. João Costa continuou dizendo: “foi levantada uma situação, porque ainda há pessoas que trabalham na Agricultura, da possibilidade de ser construída uma represa fluvial para aproveitamento de água na época do Verão. Na eventualidade de lá ir maquinaria para fazer inspecções de solos... sempre que isso aconteça, sempre que seja possível, ir um arqueólogo entendido nisso.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “se se concluir que a ponte pré-existente é imóvel de interesse público como vocês lhe chamam, a nova ponte terá que ter parecer prévio do IPAR.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “sobre este assunto estamos perfeitamente de acordo com esta atitude dos Munícipes. Em tempo de Campanha Eleitoral tivemos oportunidade de nos referir a esta obra, à

*02.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Janeiro de 2006*

necessidade de uma intervenção urgente e sobretudo também uma intervenção global, que inclui-se aquele problema dos esgotos “a céu aberto” e da lixeira do contentor de “monos domésticos” que, na nossa perspectiva, não tinham enquadramento adequado naquele local, porque sendo um local perto de uma linha de água, as infiltrações podiam também ajudar à poluição do rio e, portanto, vemos com todo o interesse uma intervenção que possa qualificar e dignificar aquele espaço. Espero que tivéssemos dado uma ajuda na altura para esta questão.

Se fosse possível de classificar como interesse municipal a ponte podia ser um passo importante para o futuro, da nossa parte, estaremos disponíveis para colaborar no que for necessário para que aquele espaço seja condignamente recuperado e que possa ficar ao serviço da população.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “sobre este assunto gostaria de congratular-me e cumprimentar as pessoas de Figueiró do Campo que aqui estão a levantar esta questão conhecida de todos nós. Pensamos que é um acto de cidadania muito salutar, virem a reuniões do executivo sensibilizarem-nos para as vossas preocupações.”